



ANEXO I-C

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA CERTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES DA UNIDADE
GESTORA DO RPPS – NÍVEL AVANÇADO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	Nº DE QUESTÕES
1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 1.1 Princípios constitucionais e normas que regem a administração pública – arts. 37 ao 41 da CF; 1.2. Administração direta e indireta; 1.3. Ato administrativo: 1.3.1. Conceito; 1.3.2. Requisito; 1.3.3. Elementos e atributos; 1.3.4. Discricionariedade; 1.3.5. Vinculação; 1.3.6. Classificação e espécies; 1.3.7. Extinção; 1.3.8. Prescrição; 1.4. Poderes, deveres e prerrogativas; 1.5. Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) – arts. 28 e 89 ao 95; 1.6. Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) – arts. 23 ao 32; 1.7. Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) – arts. 1º ao 14; 1.8. Lei nº 9.784/1999 (Processo Administrativo Federal).	6
2. SEGURIDADE SOCIAL 2.1 Constituição Federal (CF/1988) – art. 194; 2.2. Previdência Social: conceito; 2.3. Regimes de Previdência: 2.3.1 Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – art. 201 da CF/1988; 2.3.2 Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) – art. 40 da CF/1988; 2.3.3 Regime de Previdência Privada Complementar (RPC) – art. 202 da CF/1988; 2.4 Emenda Constitucional nº 103/2019 – arts. 9º e 33.	3
3 REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL-RPPS 3.1 Lei nº 9.717/1998 – normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS; 3.2 Portaria MPS nº 1.467/2022: 3.2.1 Segurados e beneficiários – arts. 3º ao 6º; 3.2.2 Gestão dos Regimes Próprios – arts. 71 ao 75; 3.2.3 Utilização dos recursos previdenciários – arts. 81 ao 84; 3.2.4 Responsabilidade do ente federativo em caso de extinção do RPPS – art. 181.	5
4 PLANO DE BENEFÍCIOS 4.1 Portaria MPS nº 1.467/2022: 4.1.1 Concessão de benefícios – art. 157; 4.1.2 Limitação dos valores dos benefícios com a instituição do RPC – art. 158; 4.1.3 Regras de acumulação de benefícios – art. 165; 4.1.4 Disposições gerais sobre benefícios – capítulo VII, seção IV; 4.1.5 Comprovação do tempo e da base de cálculo da contribuição – capítulo IX.	5
5 PLANO DE CUSTEIO 5.1. Portaria MPS nº 1.467/2022;	5



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – MPS
Secretaria de Regime Próprio e Complementar – SRPC
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social – DRPPS



5.2. Caráter Contributivo – arts. 7º ao 10; 5.3. Limites de contribuição – art. 11; 5.4. Base de cálculo de contribuições – art. 12; 5.5. Parcelamento de débitos – arts. 14 ao 17; 5.6. Dação em pagamento – art. 187; 5.7. Contribuição dos segurados cedidos, afastados e licenciados – capítulo III, seção V.	
6 GESTÃO ATUARIAL 6.1 Portaria MPS nº 1.467/2022: 6.1.1 Equilíbrio financeiro e atuarial – art. 25; 6.1.2 Avaliação atuarial anual – capítulo IV, seção I; 6.1.3 Fluxos atuariais – capítulo IV, seção III; 6.1.4 Regimes financeiros e métodos de financiamento – capítulo IV, seção V; 6.1.5 Hipóteses atuariais – capítulo IV, seção VI; 6.1.6 Base Cadastral – capítulo IV, seção VII; 6.1.7 Apuração dos custos e compromissos – capítulo IV, seção VIII; 6.1.8 Plano de custeio proposto na avaliação atuarial – capítulo IV, seção IX; 6.1.9 Equacionamento do déficit atuarial – capítulo IV, seção X; 6.1.10 Demonstração de viabilidade do plano de custeio – capítulo IV, seção XIV; 6.1.11 Redução do plano de custeio – capítulo IV, seção XV; 6.1.12 Relatório da Avaliação Atuarial – capítulo IV, seção XVI; 6.1.13 Acompanhamento atuarial – capítulo IV, seção XVII.	5
7 GESTÃO DOS INVESTIMENTOS 7.1 Legislação específica dos investimentos dos RPPS: 7.1.1 Resolução CMN nº 5.272/2025: 7.1.1.1 Das Disposições Gerais – art. 1º e §§ 1ª ao 10º; 7.1.1.2 Da Alocação dos Recursos; 7.1.1.3 Da Política de Investimentos; 7.1.1.4 Dos Segmentos de Aplicação e dos Limites; 7.1.1.5 Do Segmento de Renda Fixa; 7.1.1.6 Do Segmento de Renda Variável; 7.1.1.7 Do Segmento de Investimentos no Exterior; 7.1.1.8 Do Segmento de Investimentos Estruturados; 7.1.1.9 Do Segmento de Fundos Imobiliários; 7.1.1.10 Do Segmento de Empréstimos Consignados; 7.1.1.11 Dos Limites Gerais; 7.1.1.12 Da Gestão; 7.1.1.13 Do empréstimo de valores mobiliários; 7.1.1.14 Das Contratações; 7.1.1.15 Do Registro dos Títulos e Valores Mobiliários; 7.1.1.16 Do Controle das Disponibilidades Financeiras; 7.1.1.17 Dos Enquadramentos; 7.1.1.18 Das Vedações; 7.1.2 Portaria MPS nº 1.467/2022 – arts. 86 ao 156 e Anexo VIII, arts. 1º ao 35³: 7.1.2.1 Dos Investimentos dos Recursos; 7.1.2.2 Da Gestão da aplicação dos recursos; 7.1.2.3 Da Política de Investimentos; 7.1.2.4 Do Credenciamento de Instituições;	15

³ Enquanto as alterações decorrentes da Resolução CMN nº 5.272/2025 não forem refletidas na Portaria MTP nº 1.467/2022, as questões relativas a essa legislação deverão ser interpretadas à luz da Resolução CMN nº 5.272/2025.



7.1.2.5 Das Alocações dos Recursos; 7.1.2.6 Da Avaliação e Monitoramento dos Riscos; 7.1.2.7 Da Categorização dos RPPS; 7.1.2.8 Das Aplicações em Títulos Públicos; 7.1.2.9 Da Precificação dos Ativos Integrantes das Carteiras dos RPPS; 7.1.2.10 Da transparência das Informações Relativas aos Investimentos; 7.1.2.11 Das Medidas em Caso de Desenquadramento; 7.2 Principais instrumentos: 7.2.1 Títulos públicos; 7.2.2 LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F: conceitos e características; 7.2.3 Negociação de títulos públicos: mercado primário: leilões; mercado secundário: balcão; 7.2.4 Tesouro Direto: conceito e características operacionais; 7.2.5 Títulos Privados Bancários: 7.2.6 Certificado de Depósito Bancário – CDB e Letras Financeiras – LF: conceitos e características; 7.2.7 Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE): conceitos e características; 7.2.8 Títulos corporativos; 7.2.9 Debêntures: conceito e características; 7.2.10 Notas Promissórias: descrição, prazo, emissores, forma de resgate, liquidez, rentabilidade e registro; 7.2.11 Títulos do segmento agrícola: Cédula de Produtor Rural – CPR, Letra de Crédito do Agronegócio – LCA, Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA e Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA: conceitos e características; 7.2.12 Títulos do segmento imobiliário: Certificado de Recebíveis Imobiliário – CRI, Letra de Crédito Imobiliário – LCI e Cédula de Crédito Imobiliário – CCI: conceitos e características; 7.2.13 Operações compromissadas: conceitos e características; 7.2.14 Caderneta de poupança: principais características em termos de liquidez, rentabilidade, garantias e riscos; 7.2.15 Fundo Garantidor de Crédito – FGC: produtos e serviços que possuem garantia do FGC, limites de cobertura e operacionalização; 7.3 Instrumentos de Renda Fixa: 7.3.1 Definição; 7.3.2 Principais conceitos e características de instrumentos de Renda Fixa: 7.3.3 Data de emissão, valor nominal atualizado e juros “acruados”; 7.3.4 Formas de remuneração – prefixada e pós-fixada e principais indicadores; 7.3.5 Formas de amortização e pagamento de juros; 7.3.6 Composição de cupom de taxa real e indexadores (IGP-M e Câmbio); 7.3.7 Resgate antecipado, vencimento antecipado (quebra de <i>covenant</i>, ocorrência de <i>cross default</i>), aquisição facultativa e opção de compra (opção <i>call</i>): conceitos, diferenças e impactos do ponto de vista do investidor; 7.4 Instrumentos de Renda Variável: 7.4.1 Definição; 7.4.2 Ações ordinárias, ações preferenciais, Certificados ou Recibos de Depósito de Valores Mobiliários (ADRs – <i>American Depositary Receipts</i> e BDRs – <i>Brazilian Depositary Receipts</i>) e bônus de subscrição: conceitos e características; 7.4.3 Oferta primária e secundária: definições e distinção; 7.4.4 Derivativos;	
--	--



7.4.5 Termo, Futuros, Swaps e Opções: características formais dos derivativos, formas de negociação e registros; custos e riscos para o investidor; 7.4.6 Negociação, Liquidação e Custódia; 7.4.7 Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC: conceito, funções, benefícios para o investidor e principais títulos custodiados no SELIC: LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F; 7.4.8 Câmara de liquidação, compensação e custódia da B3 S/A (<i>Clearing</i> B3): conceito, funções, principais títulos e operações custodiadas, garantias e benefícios para o investidor; 7.4.9 Sistema de Pagamento Brasileiro – SPB: conceito e finalidade; 7.5 Fundos de Investimentos: 7.5.1 Resolução CVM nº 175/2022 – parte geral: 7.5.1.1 Características, constituição e comunicação; 7.5.1.2 Definição de Fundos de Investimentos; 7.5.1.3 Conceitos de condomínio, constituição e registro na CVM; 7.5.1.4 Estrutura dos Fundos de Investimento: divisão em classes e subclasses; 7.5.1.5 Segregação patrimonial; 7.5.1.6 Cotas; 7.5.1.7 Classes abertas e fechadas; 7.5.1.8 Emissão; 7.5.1.9 Subscrição e integralização; 7.5.1.10 Resgate e amortização; 7.5.1.11 Negociação com uso indevido de Informação Privilegiada; 7.5.1.12 Distribuição; 7.5.1.13 Investimento por conta e ordem; 7.5.1.14 Participação política do Investidor por conta e ordem; 7.5.1.15 Divulgação das Informações; 7.5.1.16 Envio de comunicações aos cotistas; 7.5.1.17 Divulgação de informações e resultados; 7.5.1.18 Divulgação de cota e rentabilidade; 7.5.1.19 Balancetes e demonstrações contábeis; 7.5.1.20 Informações Eventuais: atos ou fatos relevantes; 7.5.1.21 Fundos socioambientais; 7.5.1.22 Assembleia de cotistas: 7.5.1.23 Gerais; 7.5.1.24 Especiais; 7.5.1.25 Prestação de serviços; 7.5.1.26 Serviços essenciais; 7.5.1.27 Funções do administrador; 7.5.1.28 Funções do gestor; 7.5.1.29 Negociação em ativos em mercados organizados; 7.5.1.30 Limites de composição e concentração da carteira; 7.5.1.31 Gestão de liquidez; 7.5.1.32 Direito de voto; 7.5.1.33 Contratação de Agência de Classificação de Risco de Crédito; 7.5.1.34 Constituição de conselhos consultivos e comitês; 7.5.1.35 Remuneração; 7.5.1.36 Taxa de Administração e Gestão; 7.5.1.37 Taxa de Ingresso; 7.5.1.38 Taxa de Saída; 7.5.1.39 Taxa Máxima de Distribuição; 7.5.1.40 Acordos de remuneração; 7.5.1.41 Vedações;	
--	--

7.5.1.42 Obrigações; 7.5.1.43 Normas de conduta; 7.5.1.44 Carteira; 7.5.1.45 Classes restritas e previdenciárias; 7.5.1.46 Encargos; 7.5.1.47 Patrimônio líquido negativo com limitação de responsabilidade; 7.5.1.48 Responsabilidade limitada de cotistas; 7.5.1.49 Responsabilidade ilimitada de cotistas; 7.5.1.50 Patrimônio líquido negativo; 7.5.1.51 Insolvência da classe de cotas; 7.6 Fundos de Investimento Financeiro (FIF) – Anexo Normativo I da Resolução CVM nº 175/2022: 7.6.1 Prestação de serviços; 7.6.2 Obrigações do Administrador, Gestor e Custodiante; 7.6.3 Disposições gerais; 7.6.4 Vedações; 7.6.5 Distribuição e subscrição; 7.6.6 Carteira; 7.6.7 Ativos financeiros no Brasil; 7.6.8 Ativos financeiros no exterior; 7.6.9 Limites por emissor; 7.6.10 Limites por modalidade de ativo financeiro; 7.6.11 Deveres quanto aos limites de concentração; 7.6.12 Tipificação; 7.6.13 Fundos de Renda Fixa; 7.6.14 Fundo de Ações; 7.6.15 Fundos Cambiais; 7.6.16 Fundos Multimercados; 7.6.17 Fundos Incentivados em Infraestrutura; 7.6.18 Fundos destinados à garantia de locação imobiliária; 7.6.19 Concentração em crédito privado; 7.6.20 Investimentos em cotas de outros fundos de investimento financeiro; 7.6.21 Exposição ao risco de capital; 7.6.22 Classes restritas; 7.6.23 Encargos; 7.6.24 Outros tipos de Fundos: características, composição das carteiras, público-alvo e os riscos envolvidos nos fundos – Anexos Normativos II, III, IV, V e XI da Resolução CVM nº 175/2022: 7.6.25 Fundos de Investimento em Direito Creditórios – FIDC; 7.6.26 Fundos de Investimento Imobiliário – FII; 7.6.27 Fundos de Investimento em Participações – FIP; 7.6.28 Fundos de Investimento em Índice de Mercado – Fundos de Índice (Fundos de Índice com cotas negociáveis em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; <i>Exchange Traded Funds</i> – ETFs e ETF ASG; 7.6.29 Fundos previdenciários.	
8. GESTÃO CONTÁBIL 8.1 Portaria MTP nº 1.467/2022 (capítulo V, seção III); 8.2 Lei nº 4.320/1964 (títulos VIII e IX); 8.3 Título VIII – Do Controle da Execução Orçamentária (arts. 75 ao 82); 8.4 Título IX – Da Contabilidade (art. 83 ao 106); 8.5 Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, capítulo 4: 8.6 Item 4.1: introdução;	2



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – MPS
Secretaria de Regime Próprio e Complementar – SRPC
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social – DRPPS



8.7	Item 4.2.1: aspectos gerais;	
8.8	Item 4.2.2: aspectos legais;	
8.9	Item 4.2.3 – aspectos orçamentários e patrimoniais;	
8.10	IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos ao RPPS: aspectos contábeis e relatórios específicos RPPS e conceitos.	
9.	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	
9.1	Normas da compensação previdenciária:	
9.1.1	Lei nº 9.796/1999;	
9.1.2	Decreto nº 10.188/2019;	
9.1.3	Portaria MPS nº 1.400/2024:	
9.1.3.1	Das disposições preliminares – capítulo I;	
9.1.3.2	Do termo de adesão ao Compreve e contrato com a empresa de tecnologia – capítulo II;	
9.1.3.3	Do tempo de contribuição – art. 10;	4
9.1.3.4	Do encaminhamento de requerimentos – arts. 14 ao 18, 20, 22 e 24 ao 27;	
9.1.3.5	Da análise de requerimentos – arts. 28, 41, 42, 44, 45 e 46;	
9.1.3.6	Do cálculo das parcelas – arts. 47, 52, 53 e 58;	
9.1.3.7	Da apuração de valores – arts. 59, 62, 66, 67 e 68;	
9.1.3.8	Do pagamento – arts. 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77 e 78;	
9.1.3.9	Da cessação e revisão – art. 79, 80 e 86;	
9.1.3.10	Da compensação dos demais regimes e sistemas – arts. 87 e 88;	
9.1.3.11	Das disposições finais e transitórias – arts. 90, 91, 92, 93 e 94.	
10.	CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL – PRÓ-GESTÃO RPPS, REQUISITOS PARA DIRIGENTES E CONSELHEIROS E ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	
10.1	Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS;	
10.2	Portaria MPS nº 1.467/2022 – capítulo XI;	
10.3	Manual do Pró-Gestão RPPS:	
10.3.1	Aspectos gerais do Pró-Gestão RPPS;	
10.3.2	Objetivos;	
10.3.3	Premissas;	
10.3.4	Adesão voluntária;	6
10.3.5	Dimensões;	
10.3.6	Níveis de aderência;	
10.3.7	Temporalidade;	
10.3.8	Regularidade previdenciária;	
10.3.9	Manutenção e renovação da certificação;	
10.4	Requisitos dos dirigentes e membros dos Conselhos Deliberativo, Fiscal e Comitê de Investimentos dos RPPS – Portaria MPS nº 1.467/2022, capítulo V, seção I;	
10.5	ISP-RPPS – Portaria MPS nº 1.467/2022, capítulo XII.	
11	CONTROLE, REGULAÇÃO, SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO	
11.1	Controle na Administração Pública: conceitos e objetivos;	
11.2	Conselho Fiscal: atribuições dos conselheiros dos RPPS, conforme Manual da Certificação dos Profissionais do RPPS;	
11.3	Auditoria Interna: – art. 59 da LC nº 101/2000 (LRF);	
11.4	Ministério Público: – art. 59 da LC nº 101/2000 (LRF);	6
11.5	Tribunal de Contas: – art. 59 da LC nº 101/2000 (LRF);	
11.6	Secretaria dos Regimes Próprio e Complementar: Lei 9.717/98, art. 9º e Portaria MPS nº 1.467/2022, arts. 251 ao 255;	
11.7	Sociedade: transparência pública e o controle social;	
11.8	Regulação e supervisão dos RPPS – Portaria MPS nº 1.467/2022:	



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – MPS
Secretaria de Regime Próprio e Complementar – SRPC
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social – DRPPS



11.8.1	Competência: – arts. 239 e 240;	
11.8.2	Envio de informações relativas aos RPPS: capítulo XIII, seção I;	
11.8.3	Emissão do CRP: capítulo XIII, seção III;	
11.8.4	Registro de situação no extrato previdenciário: capítulo XIII, seção IV;	
11.8.5	Fiscalização do RPPS – capítulo XIII, seção V;	
11.8.6	Processo Administrativo Previdenciário – PAP: capítulo XIII, seção VI.	
12.	RESPONSABILIDADES E INELEGIBILIDADES	
12.1	Lei nº 9.717/1998 – arts. 8º e 8º-A;	
12.2	Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal):	
12.3	Art. 168-A – Apropriação Indébita Previdenciária;	
12.4	Art. 299 – Falsidade Ideológica;	
12.5	Art. 312 – Peculato;	
12.6	Art. 313-A – Inserção de dados falsos em sistema de informações;	
12.7	Art. 315 – Emprego irregular de verbas ou rendas públicas;	
12.8	Art. 317 – Corrupção Passiva;	
12.9	Art. 319 – Prevaricação;	
12.10	Art. 333 – Corrupção Ativa;	
12.11	Art. 337-A – Sonegação de contribuição previdenciária;	
12.12	Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa):	5
12.13	Art. 2º – Agente Público;	
12.14	Art. 9º – Dos atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito;	
12.15	Art. 10 – Dos atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário;	
12.16	Art. 11 – Dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública;	
12.17	Lei nº 9.613/1998:	
12.18	Art. 1º – Crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;	
12.19	Art. 7º – Efeitos da condenação;	
12.20	Art. 9º – Das pessoas sujeitas ao mecanismo de controle;	
12.21	Lei Complementar nº 64/1990, art. 1º, inciso I (inelegibilidades).	
13.	GESTÃO, GOVERNANÇA, CONTROLE INTERNO, ÉTICA, RISCOS E COMPLIANCE	
13.1	Ética e integridade: conceitos;	
13.2	Gestão e governança: conceitos;	
13.3	Governança pública: conceito e princípios;	
13.4	Conflito de interesses: conceito;	
13.5	Governança corporativa e seus princípios fundamentais: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa – conforme Manual do Pró-Gestão RPPS;	6
13.6	Estrutura de governança do RPPS e suas atribuições: dirigentes da unidade gestora, responsável pela gestão das aplicações dos recursos, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos, ou órgãos equivalentes;	
13.7	Dever fiduciário dos dirigentes e conselheiros;	
13.8	Gestão de riscos: conceitos, importância da gestão de riscos, como fazer a gestão de riscos e ferramentas de gestão de riscos;	
13.9	Programa de <i>compliance</i> : conceito e benefícios.	
14	GESTÃO DE PESSOAS	
14.1	Regime jurídico do serviço público;	
14.2	Provimento;	5
14.3	Nomeação;	
14.4	Remoção;	



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – MPS
Secretaria de Regime Próprio e Complementar – SRPC
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social – DRPPS



14.5	Aproveitamento;	
14.6	Integração;	
14.7	Reversão;	
14.8	Recondução;	
14.9	Demissão;	
14.10	Redistribuição;	
14.11	Substituição;	
14.12	Cargos, empregos públicos e funções de confiança;	
14.13	Posse e exercício;	
14.14	Vacância;	
14.15	Exoneração;	
14.16	Promoção;	
14.17	Readaptação;	
14.18	Aposentadoria;	
14.19	Posse em outro cargo inacumulável;	
14.20	Vencimentos e remuneração.	
14.21	Agentes públicos: conceito, classificação (agentes políticos; agentes administrativos – servidores públicos, empregado público, contrato temporário; agentes honoríficos – agentes delegados e agentes credenciados).	
15	PLANEJAMENTO	
15.1	Instrumentos de planejamento orçamentário – art. 165 da CF/88;	
15.2	Plano Plurianual – PPA: art. 165 da CF;	
15.3	Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO: art. 165 da CF;	2
15.4	Lei Orçamentária Anual – LOA: art. 165 da CF;	
15.5	Planejamento estratégico: conceito;	
15.6	Lei nº 4.320/1964: arts. 75 ao 82.	
Total		80